

Associação Conquistas da Revolução

Nº 12 | NOVEMBRO 2015

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL

- 03 | *A criação de emprego e as empresas nacionalizadas.*
- 04 | *Soberania ou dependência externa?*
- 06 | *Próximas Iniciativas.*
- 07 | *Soletrar Cultura (uma e outra vez) com as letras de Abril.*
- 08 | *Verdades e Mentiras sobre a Segurança Social.*
- 10 | *Assim vai o Mundo...*
- 12 | *É urgente e necessário um Presidente da República que faça cumprir Abril!*

ERGUER O FUTURO

Aí está, claramente construída e realizada, a derrota do PSD e do CDS nas eleições legislativas.

Mais de setecentos mil votos perdidos, menos deputados, maioria absoluta direita e violenta que foi sendo vencida ao longo de quatro anos de lutas nas ruas, nas empresas, em todos os lados, levadas a cabo pelas forças de esquerda consequentes e organizadas, pelo movimento sindical unitário que nunca traiu nem trai os trabalhadores e o povo.

Agora, acabou-se a bazófia fácil dos partidos do tão apregoado “arco da governação”, que levaram à miséria tantas centenas de milhares de portugueses, à perda de trabalho e de direitos, à ruína acentuada da nossa economia e independência.

Nunca houve, nem podemos permitir, a existência de partidos de 1ª e de 2ª. Os que lutaram e lutam nas realidades locais, regionais e nacionais assumiram o papel mais importante e decisivo no futuro do nosso país, na defesa e cumprimento da Constituição da República, na independência e soberania,



na conquista da dignidade e da qualidade de vida que queremos e merecemos.

Não há tentações idiotas de eleitoralismo, sondagens manipuladoras que dão inicialmente resultados elevados e enganadores para na reta final tentarem transformar em derrota o que foram avanços positivos e reforçaram a luta dos trabalhadores e do povo, não há comunicação social subjugada, mentirosa e manipuladora que nos retirem o que foi e é mais sólido e prometedor. A esperança está depositada activamente nas forças que mereceram e merecem a confiança, o incentivo e o reforço necessário nas lutas, nas organizações e nos combates que aí estão e virão, por uma política diferente e determinadamente transformadora da realidade portuguesa.

O novo quadro criado na Assembleia da República e na vida de todos nós é desafiador e dá-nos condições para novos avanços

e vitórias na recuperação da dignidade e na mudança que ansiamos e queremos construir.

Combater o miserabilismo instalado pelos partidos coligados desde há muitos anos, a esmola para aceitar a indignidade, a ausência de trabalho estimulante e impulsionador da vida de cada português, ganhar novos patamares de intervenção, de consciência política, cultural e social, serão caminhos que todos unidos iremos percorrer. Sabedores e conscientes de que é na intervenção diária, na resolução dos problemas nas empresas, nos locais de trabalho, nas instituições, na vida de cada população e das classes e camadas sociais mais atingidas e decisivas que estará a base fundamental da construção de uma sociedade mais justa e socialista, nos caminhos de Abril e do futuro.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção ACR

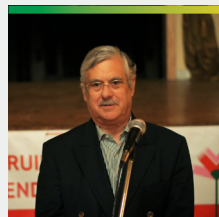
PAGUE A SUA QUOTA!



Associação Conquistas da Revolução

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6
ou DEPÓSITO CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 2178 0002 9245 630

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação.



A criação de emprego e as empresas nacionalizadas

As recentes eleições para a Assembleia da República foram ganhas pela coligação que tem estado no poder, governando com a imposição de políticas de desregulação e liberalização da economia.

Estas condições de subserviência em relação à Europa, arrastando a perda de influência da soberania nacional, não se podem manter sob pena de não se conseguir o indispensável desenvolvimento da economia e criação de emprego.

Na verdade, muitas unidades industriais entraram em declínio e outras foram deslocalizadas, beneficiando países com menores custos de produção, com os inevitáveis reflexos nos postos de trabalho nacionais.

Por outro lado, a condução ideológica da política pública, implicou a austeridade e controlo orçamental que igualmente tiveram consequências nos baixos salários e no investimento público. Os sinais provenientes da UE não contemplam uma alteração das medidas de austeridade. Torna-se então claro que apenas é possível promover o necessário desenvolvimento para a criação de emprego se se con-

seguir atrair investimento. Para que este investimento seja produtivo, deveria existir um plano estruturante, que seria de mais fácil execução se tivessem permanecido nacionalizados os sectores estratégicos da economia, nomeadamente dos transportes e comunicações, energia e banca, porque o bom investimento exige pelo menos boas vias para o escoamento dos produtos manufacturados, energia a preços razoáveis e apoio bancário em condições competitivas. Mas existem outras condicionantes que deverão ser asseguradas, como seja mão-de-obra qualificada e com uma remuneração adequada, uma justa regulamentação laboral, justiça equitativa e rápida, diminuição da burocracia e criatividade dos empresários.

Será ainda necessário ter em atenção a perigosa ameaça que representa para uma pequena economia aberta como a nossa, o alto nível de endividamento das empresas. Assim sendo, estamos perante uma oportunidade única para garantir aos portugueses tais condições, numa verdadeira alternativa.

Soberania ou dependência externa?

A realidade política, económica e social portuguesa, em especial nos últimos anos, tem colocado as questões associadas à soberania na ordem do dia. No entanto, com maior ou menor grau de mediatização, esta sempre foi uma questão de grande relevo para Portugal. Tanto durante a ditadura fascista de Salazar a Caetano, como na Revolução de Abril, a dependência e domínio da economia portuguesa pelos interesses e monopólios imperialistas foram elementos caracterizadores do estado da arte e determinaram o rumo do processo de desenvolvimento democrático ao serviço dos trabalhadores e do povo. Embora optando por debater a soberania e independência económicas no actual contexto nacional e nas perspectivas que se colocam ao povo e ao País, é necessário recordar o estado de profunda dependência e subordinação ao imperialismo e aos principais monopólios que caracterizou a economia portuguesa durante o fascismo. Os principais sectores estratégicos, desde os transportes, a energia e combustíveis, as telecomunicações, o sector financeiro, a indústria de base, a exploração mineira e as próprias colónias, apesar de uma aparente independência e isolamento do exterior, como muitos pretendem caracterizar, estavam sujeitos e dominados pelos grandes grupos multinacionais e imperialistas ingleses, norte-americanos, holandeses, belgas, suecos, etc...¹

A libertação de Portugal dos interesses do imperialismo e dos monopólios nacionais e multinacionais foi uma orientação assumida pela Revolução que, cedo, encontraria claros obstáculos entre aqueles que se revelariam como os construtores e protagonistas do processo contra-revolucionário que conduziu o País à profunda dependência política, económica e social em que nos encontramos.

A opção que PS, PSD e CDS assumiram de adesão à então CEE² – hoje União Europeia –, em oposição a um processo de desenvolvimento profundamente democrático baseado na satisfação das necessidades do povo e do País, em franca cooperação com todos os povos e países, sem esquecer os novos países de África que conquistaram a sua independência com a sua luta libertadora e a Revolução de Abril³, veio a revelar-se como factor determinante para o processo de recuperação do capitalismo monopolista em Portugal com a destruição de partes significativas do aparelho produtivo e a recuperação ou construção de novos grupos monopolistas privados em sectores estratégicos. São os casos da banca e dos seguros, da electricidade, dos combustíveis, da distribuição, das telecomunicações e dos media, dos transportes e das vias de comunicação, da celulose e dos cimentos. Assim como em novos sectores mercantilizados, em que a saúde e a gestão de resíduos serão aqueles

que hoje se apresentam com um maior peso e mais monopolizados.

A perda da capacidade de emitir moeda e de decidir sobre as várias componentes da política monetária, associada às imposições da política orçamental e comercial, vieram a revelar-se dramáticas face à evolução de uma economia já de si muito dependente, com elevados défices estruturais assentes na incapacidade produtiva e tecnológica, na forte dependência externa, na baixa valorização do trabalho e nas qualificações, no défice energético e infraestrutural.

A imposição de políticas públicas de sentido liberalizante, tanto nas relações laborais como nos mercados de produtos e serviços estratégicos a qualquer processo de desenvolvimento, agravaram o empobrecimento dos trabalhadores e das suas famílias, assim como os custos de produção com graves consequências na competitividade de muitas empresas portuguesas, com destaque para a micro, pequenas e médias empresas – a larga maioria do tecido empresarial e do emprego em Portugal. A privatização das empresas e sectores nacionalizados, que alguns afirmavam ser determinante para a modernização da economia portuguesa, depressa revelou tratar-se de um processo de transferência de propriedade das empresas e sectores estratégicos da economia portuguesa para as mãos dos grandes monopólios multinacionais e transnacionais e para a especulação financeira. Este facto revela-se cada vez mais contrário aos inte-

resses de desenvolvimento soberano de Portugal. São as decisões de investimento, é a política comercial e de preços, é a transferência dos chamados centros de decisão e de conhecimento para o estrangeiro, é a política de emprego destas empresas, que passam a estar ao serviço dos interesses dos novos accionistas, independentemente das consequências para o emprego e para o funcionamento da economia portuguesa.

A necessidade de uma verdadeira ruptura com o rumo de empobrecimento, de desinvestimento, de crescente dependência externa e de desvalorização dos salários, pensões e reformas e de direitos, num processo de construção de uma alternativa, capaz de responder às necessidades e anseios dos trabalhadores e do povo, exige a recuperação para o poder político dos instrumentos de soberania económica. Soberania, que se pretende no plano das políticas macro-económicas, tal como no controlo e posse de empresas e sectores estratégicos num processo de desenvolvimento anti-monopolista e democrático ao serviço do povo e do País, complementada com uma maior diversificação das relações de Portugal com os restantes países e povos do mundo.

1 Cunhal, Álvaro (1975), Relatório da actividade do Comité Central ao VII Congresso do Partido Comunista Português, Edições Avante

2 Ribeiro, Sérgio (2008), 50 anos de economia e militância, Edições Avante

3 Vários (1979), Employment and basic needs in Portugal, OIT



PRÓXIMAS INICIATIVAS:

| 11 NOVEMBRO 2015 - 21h ALMADA

Fórum Romeu Correia

Sessão sobre o 40º aniversário da Descolonização.

- *As lutas de libertação nas ex-colónias.*
- *Luta clandestina e de oposição democrática contra a guerra colonial.*
- *Os processos de descolonização e independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde, Angola e Moçambique.*
- *A consciencialização e formação anti-colonial nas Forças Armadas Portuguesas.*
- *A criação do MFA e a Revolução de 25 de Abril de 1974.*

| 21 NOVEMBRO 2015 - 17h

MONTEMOR-O-NOVO

Auditório da União das Freguesias de N. Sr^a da Vila, N. Sr^a do Bispo e Silveira

Apresentação dos livros “Vasco, Nome de Abril” e “Conquistas da Revolução”.



www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

| 27 NOVEMBRO 2015 - 21h SETÚBAL

Museu do Trabalho Michel Giacometti Largo dos Defensores da República.

Evocação de Michel Giacometti.



EVOCÇÃO DE
MICHEL GIACOMETTI

| 3 DEZEMBRO 2015 - 17h00 LISBOA

Casa do Alentejo

Assembleia Geral da ACR.

Ordem de trabalhos: **1-** Discutir e aprovar a acta da sessão anterior **2-** Informações **3-** Apreciar e deliberar sobre o “Plano de Actividades e o Orçamento para o ano de 2016” **4-** Apreciar e deliberar sobre as alterações ao “Regulamento Eleitoral” e “Regulamento Interno”.

(se às 17h00 houver falta de quorum, a Assembleia terá início às 18h00)



Soletrar Cultura (uma e outra vez) com as letras de Abril

Lindo foi o tempo em que homens de farda guerreira irromperam nas aldeias portuguesas a semear a paz. Nestes dias de agitar papões, têm razão os que temem o regresso desse tempo de conquista. É que não há nada que a velha exploração do homem pelo homem tema mais do que a consciência de quem diz direito ao pão e diz, na mesma frase, direito à dignidade, à educação sanitária, à alfabetização, à reforma agrária, à posse de tudo o que -indústria, inteligência, terra e mar - é essência e ferramenta do progresso.

Cultura, disse o MFA, e fez-se luz! Essa mesma Cultura que era, ontem ainda, palavra maldita, tipificado crime que dava acesso ao casarão da António Maria Cardoso, no sítio onde os gritos hão-de ter sido a mais desafiante maneira de calar nomes, lugares, planos de emancipação. Mas isso era antes. Nos dias a seguir, de 25 em diante, tratava-se de, àqueles a quem estava destinado o trabalho e a fome, apresentar o Picasso e o Einstein, Camões e Ludwig, Charlot e Karl Marx, como no cartoon de João Abel Manta. E de revelar a toda a gente que, entre trabalho e fome, tinha o povo sabido inventar cantigas da segada e bailes de roda, trava-línguas e versejos, santos de barro e máscaras sacerdotais – o avesso do retrato do Zé Povinho apoucado que só existiu nas curtas

vistas, mesmo que talentosas, dos pintores da classe dominante. Cultura, disse o MFA, e tanto que se assustaram os inventores da Aldeia Mais Portuguesa e dos Serões Para Trabalhadores, já antes assustados quando “Cultura” diziam as colectividades de recreio, os cineclubes, as associações de estudantes.

Passaram 40 anos, e não é verdade que tenhamos regressado ao que era dantes, mesmo que os concursos da DGArtes sejam semelhantes aos decretos do SNI, que os secretários Xavieres sejam cópias requentadas dos Atháides doutrota, que a alienação tenha mantido o modo boçal que lhe é natureza qualquer que seja a sua idade. 40 anos depois de Abril há hoje mais pintores, mais músicos, mais escritores, mais bailarinos, mais actores do que em qualquer outro tempo de sermos povo. E a Cultura, a quem os governos - com intenção - não dão mais do zero vírgula muito-pouco do Orçamento de Estado, é já parte dos desejos mais essenciais, matéria de todas as reivindicações que visem uma vida mais justa, mais feliz.

Já só falta retomar o entusiasmo e o programa dos dias que “lhes” metem medo.

Verdades e mentiras sobre a Segurança Social

Desde há muito tempo que os interessados na privatização da segurança social asseguram que a sustentabilidade da mesma decorre do aumento expressivo do número de reformados associados à questão demográfica.

Vejamos, a este propósito - embora parcialmente -, o Sistema Público de Segurança Social porque, por falta de espaço, não nos é possível abordar na totalidade esse e os outros sistemas.

Em 31/12/2014 havia cerca de 2 milhões de reformados por velhice a que acrescia 258.732 reformados por invalidez e 721.307 viúvas e viúvos (entre outros beneficiários) a receberem uma pensão de sobrevivência. Perante isto os detractores da segurança social proclamam que tais valores decorrem de um aumento exponencial do número de reformados que, em catadupa, afluem todos os anos ao referido regime.

Isso é verdade? Não! Isso é uma mentira. Com efeito, se analisarmos os dados reportados ao presente século, ou seja, desde o ano 2000 até 2014, verificamos que o crescimento médio do número de reformados por velhice, invalidez e sobrevivência corresponde a 1,4% (um vírgula quatro), por ano.

Estamos perante um valor bastante assimilável a qual poderia ser bem menor se o PS, o PSD e o CDS-PP não tivessem utilizado a segurança social como instrumento de resolução de problemas das empresas por via das reformas antecipadas. Ou seja, a segurança social tem sido um meio instrumental dos governos na resolução de problemas da economia, em benefício da recomposição do capital privado.

Importa, contudo, em nome da verdade, dizer o seguinte: o aumento global anual de encargos com pensões por parte da segurança social supera os já referidos 1,4%.

E porquê?

Porque todos os anos, a par de entradas no sistema, também, devido a falecimentos, há saídas;

Porque os novos reformados têm, na generalidade, maiores períodos contributivos, ou seja, descontaram durante mais anos; Porque, ainda bem, os salários médios dos novos reformados superaram, em termos nominais, os salários médios dos antigos reformados.

(Nota: no futuro, mercê do efeito do retrocesso civilizacional imposto pelo governo do PSD, CDS, poderemos estar numa situação inversa, ou seja, as reformas dos

novos pensionistas serão inferiores às dos antigos pensionistas devido à existência do trabalho sem direitos, à existência de um numeroso grupo de trabalhadores associados ao salário mínimo nacional e, até, a valores mais baixos a que se junta os efeitos negativos da desindustrialização, substituído pelo incremento da actividade de serviços de reduzida qualidade).

Tudo isto para dizer o quê?

Para dizer que, ao contrário da direita, não há défice crónico no Sistema Público de Segurança Social. Há precisamente o oposto. As contas da segurança social dão superávits de tal forma que existe um “pé-de-meia” superior a 14 mil milhões de euros, valor que poderia ser superior se não tivesse havido, por razões ideológicas, os despedimentos efectuados nos últimos anos, os quais, conjugadamente, reduziram as receitas da segurança social e aumentaram as despesas relativas ao pagamento dos subsídios de desemprego.

Para dizer que, ao contrário da direita, não é no estigma sobre os mais idosos e no roubo ao valor das pensões que devemos enquadrar as medidas tendentes à sustentabilidade da segurança social.

É evidente que há, entre nós, um problema demográfico. Mas esse problema não se resolve a jusante, acelerando a morte dos idosos, mas sim promovendo, a montante, as condições sociais que motivem as nos-

sas famílias a querer mais filhos.

Quanto, insistimos, à questão da sustentabilidade, a mesma só será viável se for posto termo à crescente desigualdade dos rendimentos dos portugueses, associado ao seguinte:

- aumento do emprego; emprego com direitos; salários mais dignos; alteração progressiva do nosso modelo de desenvolvimento com o aproveitamento dos nossos recursos e com a introdução de mais ciência e tecnologia nos bens destinados ao consumo interno e à exportação; estabelecimento da taxa da contribuição para a segurança social igual para todos os patrões e, progressivamente (mas desde já), a introdução de uma contribuição das empresas com elevado Valor Acrescentado (VAL), bem como afectar 0,25% da receita do imposto a criar sobre as transacções financeiras.

Uma última palavra sobre a questão demográfica:

Recuemos ao 25 de Abril.

Aberta que foi, na altura, uma perspectiva radiosa para Portugal, aconteceu o que tinha de acontecer: um expressivo aumento da natalidade a que se seguiu uma importante conquista civilizacional: o aumento da longevidade do nosso povo.

Anselmo Dias
Associado da ACR





A tragédia dos refugiados no Mediterrâneo e na Europa, atingindo milhões de pessoas em fuga dos horrores da guerra e suas consequências desastrosas - destruição das suas casas, das suas cidades, das suas vidas e haveres, reduzindo os sobreviventes à fome e à miséria – tem causas e tem responsáveis.

Temos na memória recente, dolorosos testemunhos do que aconteceu e acontece no Afeganistão, no Iraque, na Líbia, na Síria e outros países do Médio Oriente e de África. Guerras que os governos dos EUA e seus aliados na NATO e na União Europeia promoveram e continuam a promover, utilizando os mais variados pretextos, construídos quase sempre sobre provadas falsidades.

Sobretudo desde 1999, com a guerra contra os povos da Jugoslávia, a NATO tem sido utilizada para pôr em prática esta estratégia agressiva que visa assegurar posições geo-estratégicas e garantir acesso fácil a matérias-primas e a negócios rentáveis de armamento ou de reconstrução de zonas destruídas pelas guerras.

Em resultado dessas políticas de agressão,

que prosseguem na Síria - onde os recentes acontecimentos com intervenção directa da França e da Rússia, esta em apoio declarado à Síria, fazem temer desenvolvimentos futuros de proporções incontroláveis - na Palestina, no Afeganistão, no Iraque e tantos outros países, incluindo na Ucrânia. Ucrânia onde é bem visível, como já aqui afirmámos outrora, a promoção e o aproveitamento dum conflito interno - sem quaisquer escrúpulos no apoio a golpistas neonazis - para levar à prática a estratégia dos EUA de cerco à Federação Russa, com o envolvimento activo de Estados Europeus. É bom não esquecer e não nos deixarmos embalar por uma comunicação social arregimentada aos interesses do capital internacional, apostada em transformar os agressores em vítimas e os refugiados em migrantes.

Para todos os homens e mulheres de boa vontade, a hora é de enfrentar a situação e dar acolhimento aos refugiados. A hora é de condenação das atitudes de alguns governos europeus com o encerramento de fronteiras. A hora é de combate a todas as manifestações de carácter xenófobo.

Mas não nos iludamos. O problema só ficará resolvido se o atacarmos nas causas, ou



Associação Conquistas da Revolução



seja, com o fim das ingerências e guerras de agressão e com o apoio à reconstrução dos países agredidos, no respeito pela sua soberania e identidade.

O problema só ficará definitivamente resolvido quando o Mundo se abster de vez do uso da força para a resolução dos conflitos internacionais, regressando às teses do desanuviamento e do desarmamento geral, simultâneo e controlado, ao primado dos direitos do Homem e do direito à vida, garantindo assim, e só assim, a continuação da maravilhosa aventura no Planeta Azul.

A posição de Portugal, do Portugal de Abril, só pode ser esta. Aliás, como é preconizado pela Carta das Nações Unidas e, é oportuno lembrar aqui e agora - na altura em que decorre em Portugal, Espanha e Itália um dos maiores exercícios efectuados pela NATO (Out e Nov de 2015) - como claramente impõe o Artº 7º da Constituição da República Portuguesa (CRP), nascida da nossa Revolução de Abril:

“1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, de respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade

entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da cooperação com todos os outros povos para a emancipação e o progresso da Humanidade.

2. Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento dum sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”

Os que, empoleirados no poder, irresponsavelmente nos atrelam a estratégias belicistas, agem fora da Lei.

José Baptista Alves

Vice-Presidente da Direcção da ACR



É urgente e necessário um Presidente da República que faça cumprir Abril!



Em 2016 teremos eleições presidenciais, sendo também o ano em que cumpriremos o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa (CRP). Nesta recta final do segundo mandato temos um Presidente da República que promulgou orçamentos desrespeitadores da CRP, foi um PR que nunca se desligou e foi um fiel continuador das políticas que desenvolveu quando foi Primeiro-ministro, das opções da política de direita dos últimos 39 anos, que trouxeram o país à situação de desastre económico e social em que nos encontramos hoje.

O PR está comprometido e é co-responsável por esta situação. É um PR que se assumiu como protagonista da política de direita, prova disso são as suas declarações logo a seguir às eleições de 4 de Outubro, onde procurou retirar direitos políticos aos deputados e impôr uma solução ao arripio da Constituição e do papel que cabe no quadro do parlamento para encontrar soluções de governo. A direita em estreita ligação com o PR, tratou de forma impiedosa e com total desrespeito reformados, funcionários públicos, jovens e desempregados.

Ao longo dos anos, com o argumento da retirada da carga “ideológica”, os sucessivos governos mutilaram partes importantes da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no que concerne às questões económicas, sociais (como a saúde e a educação) e aos direitos dos trabalhadores.

É urgente e necessário fazer eleger um PR que cumpra e faça cumprir a CRP, onde se estabeleceu uma nova concepção de Estado que se inscreve no seu artigo 2.º: «o Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democrática, no respeito e na garantia de efectivação dos direitos e liberdades funda-

mentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa». É necessário um PR que una os portugueses em torno dos valores do 25 de Abril e da CRP, que defenda os direitos e as liberdades de todos os portugueses, que não deixe cair os direitos sociais, nomeadamente a saúde, a educação e a cultura. É necessário um PR que contrarie o ataque à soberania e independência nacionais e que deixe o nosso povo decidir por si, pois cada vez tem sido maior o número de decisões transferidas para estruturas supranacionais que vão contra a Constituição da República. **É urgente e necessário um Presidente da República que faça cumprir Abril!**

Nuno Lopes

Vogal da Direcção ACR